RODRIGO DE ANDRADE FIGARO CALDEIRA

**Conexão e continência na hipótese de competência
por prerrogativa de função frente ao princípio do
juiz natural, à luz da eficiência e do garantismo**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor José Raul Gavião de Almeida

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2019

RODRIGO DE ANDRADE FIGARO CALDEIRA

**Conexão e continência na hipótese de competência
por prerrogativa de função frente ao princípio do
juiz natural, à luz da eficiência e do garantismo**

Dissertação de Mestrado, apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Processual, sob a orientação do Professor Doutor José Raul Gavião de Almeida.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Caldeira, Rodrigo de Andrade Figaro
Conexão e continência na hipótese de competência
por prerrogativa de função frente ao princípio do juiz
natural, à luz da eficiência e do garantismo ;
Rodrigo de Andrade Figaro Caldeira ; orientador José
Raul Gavião de Almeida -- São Paulo, 2019.

211
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Processual) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2019.

1. Foro por prerrogativa de função. I. Almeida,
José Raul Gavião de, orient. II. Título.

Nome: CALDEIRA, Rodrigo de Andrade Fígaro

Título: Conexão e continência na hipótese de competência por prerrogativa de função frente ao princípio do juiz natural, à luz da eficiência e do garantismo

Dissertação de Mestrado, apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Processual, sob a orientação do Professor Dr. José Raul Gavião de Almeida.

Aprovado em

Banca Examinadora

Professor Doutor José Raul Gavião de Almeida – Orientador e Presidente

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

1º examinador (a)

2º examinador (a)

3º examinador (a)

4º examinador (a)

Agradecimentos

A Deus, por estar presente em minha vida, dando-me forças para concluir a dissertação.

Ao Professor Doutor José Raul Gavião de Almeida, que me brindou com sua orientação e conhecimento e contribuiu sobremaneira para minha formação acadêmica, além de se tratar de exemplo de sabedoria e simpatia.

Ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de São Paulo, que, através de seus professores, contribui para a formação e desenvolvimento de todos os operados do direito, de forma nacional e internacional.

Ao Ministério Público do Estado de São Paulo, instituição vocacionada à defesa da sociedade, que me proporciona lutar por justiça e efetivação dos direitos fundamentais e sociais diariamente, além de permitir me ausentar para a elaboração da dissertação.

A minha esposa Viviane, companheira inseparável, meu suporte diário nas decisões que trilham os caminhos de nossas vidas.

Aos meus pais, exemplos de caráter, honestidade, estudo, profissionais reconhecidos além-mar, os quais me inspiram diariamente para novos desafios e engrandecimento pessoal.

Aos meus irmãos, amigos de todas as horas, companheiros de risadas e momentos marcantes, unidos fraternamente.

Ao amigo e Professor Doutor Fábio Ramazzini Bechara, destacado acadêmico e Promotor de Justiça, que acompanha meus passos desde a graduação e me transmitiu a paixão pelo aprendizado e conhecimento.

Por fim, ao amigo Carlos Alberto Pereira Leitão Júnior, irmão que a vida me deu, acadêmico e Promotor de Justiça de primeiro escalão, a quem sempre recorro para discutir os caminhos do processo penal brasileiro.

RESUMO

CALDEIRA, Rodrigo de Andrade Figaro. **Conexão e continência na hipótese de competência por prerrogativa de função frente ao princípio do juiz natural, à luz da eficiência e do garantismo**. 2019. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

O processo penal moderno é desenvolvido com base em dois direitos fundamentais: direito à segurança e direito à liberdade. Assim, de um lado, o processo tem que ser eficiente, para efetivar o direito a segurança pública e, ao mesmo tempo, garantista, visando limitar a atuação do estado, com o fim de evitar arbítrio e preservar a liberdade do cidadão. Nesse sentido, desenvolveram-se os princípios penais e processuais penais, que servem de balizas para a persecução criminal. Dentro desse contexto, determinadas autoridades públicas são detentoras de foro por prerrogativa de função, visando proteger a dignidade do cargo, ao passo que cidadãos comuns são julgados de acordo com as regras de competência criminal. Em determinados crimes, contudo, se as autoridades e os cidadãos comuns são corréus, poderão ser acusados no foro de maior graduação, levando-se então à análise de ausência de regra de competência pré-estabelecida por lei, uma vez que, segundo as regras do Código de Processo Penal, o juiz decidirá se haverá ou não cisão do processo. Todavia, deve ser feito um estudo de todo o ordenamento jurídico, principalmente de tratados e convenções internacionais, para que se possa concluir que, em casos de conexão e continência envolvendo foro por prerrogativa de função, há violação de outros princípios processuais, como o juiz natural e o duplo grau de jurisdição. Após realizar pesquisa em âmbito nacional e internacional, propõe-se soluções para os casos de julgamento de autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função em coautoria com acusados não detentores de tal prerrogativa, evitando-se a vulneração de princípios processuais fundamentais, além de evitar a responsabilização do Brasil no âmbito das cortes de direitos humanos, estabelecendo-se o necessário equilíbrio entre a eficiência e o garantismo.

Palavras-chave: Eficiência e garantismo – Foro por prerrogativa de função – Competência criminal – Prorrogação (ou modificação) de competência - Conexão e continência – Foro prevalente.

ABSTRACT

CALDEIRA, Rodrigo de Andrade Figaro. **Connection and continence in the hypothesis of competence by function prerogative against the principle of natural judge, in the light of efficiency and guarantee.** 2019, 204 f. Dissertation (Master) - Law School, University of São Paulo, 2019.

The modern criminal process is based on two fundamental rights: the right to security and the right to liberty. Thus, on the one hand, the process has to be efficient, in order to enforce the right to public security and, at the same time, guaranteeing, aiming to limit the state's action, in order to avoid agency and preserve the freedom of the citizen. In this sense, criminal principles and criminal procedural principles have been developed, which serve as guidelines for criminal prosecution. Within this context, certain public authorities are holders of a forum by virtue of their function, in order to protect the dignity of the office, while ordinary citizens are tried according to the rules of criminal jurisdiction. In certain crimes, however, if the authorities and ordinary citizens are defendants, they may be charged in the higher court, leading to the analysis of the absence of a rule of jurisdiction pre-established by law, since according to the rules Criminal Procedure Code, the judge will decide whether or not to split the case. However, a study should be made of the entire legal system, especially international treaties and conventions, so that it can be concluded that, in cases of connection and continence involving forum by function prerogative, there is a violation of other procedural principles, such as the judge and the dual degree of jurisdiction. After conducting research at national and international levels, solutions are proposed for cases of trial of authorities holding forum by function prerogative in co-authorship with accused non-holders of such prerogative, avoiding the violation of fundamental procedural principles, and avoiding Brazil's accountability in the context of human rights courts, striking the necessary balance between efficiency and guaranteeism.

Keywords: Efficiency and guarantee - Forum by function prerogative - Criminal jurisdiction - Extension (or modification) of jurisdiction - Connection and continence - Prevailing forum.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Ação Direita de Inconstitucionalidade
AgR ou AgRg:	Agravo Regimental
AP	Ação Penal
Apn	Ação Penal
BGH NStZ	Sentença cível do Tribunal Supremo Federal alemão
BGHSt	Sentença penal do Tribunal Supremo Federal alemão.
BOE	Boletín Oficial del Estado da Espanha
BVerfGE	Sentenças do Tribunal Constitucional Federal, coleção oficial
CADH	Convenção Americana de Direitos Humanos
CF	Constituição Federal
CEDH	Corte Europeia de Direitos Humanos
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CONAMP	Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
CONJUR	Consultor Jurídico
CPP	Código de Processo Penal
DF	Distrito Federal

DJe	Diário da Justiça eletrônico
EC	Emenda Constitucional
ES	Estado do Espírito Santo
GG	Lei Fundamental da República da Alemanha
GO	Estado de Goiás
HC	Habeas Corpus
Inq	Inquérito
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LCP	Lei de Contravenções Penais
LOMAN	Lei Orgânica da Magistratura
LOPJ	Lei Orgânica do Poder Judiciário espanhol
MG	Estado de Minas Gerais
Min.	Ministro
MPF	Ministério Público Federal
MT	Mato Grosso
ONU	Organizações das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional

PIDCP	Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos
QO	Questão de Ordem
QO-ED	Questão de Ordem nos Embargos de Declaração
QO-QO	Questão de Ordem da Questão de Ordem
RCL	Reclamação
Rel.	Relator
RISTF	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal
RJ	Estado do Rio de Janeiro
RO	Estado de Roraima
SP	Estado de São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
StPO	Código de Processo Penal alemão
TER	Tribunal Regional Eleitoral
TRF	Tribunal Regional Federal
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PREMISSAS CONCEITUAIS	13
2.1. Eficiência e Garantismo.....	13
2.2. Juiz Natural	21
2.2.1. Surgimento e evolução histórica do princípio do juiz natural.....	22
2.2.2. O princípio do juiz natural no ordenamento jurídico brasileiro	24
2.2.2.1. Da vedação dos tribunais de exceção.....	26
2.2.2.2. Do juiz competente.....	32
2.2.2.3. Do juiz predeterminado por lei.....	33
2.3. O princípio do juiz natural (legal ou imparcial) no direito estrangeiro	35
3. COMPETÊNCIA CRIMINAL	45
3.1. A competência criminal: apontamentos sobre as regras de concretização de competência	46
3.2. A competência de foro por prerrogativa de função	48
3.2.1. Histórico.....	48
3.2.2. O panorama atual das regras vigentes quanto ao foro por prerrogativa de função no ordenamento jurídico brasileiro.....	57
3.2.3. Regras da atualidade e da contemporaneidade	57
3.2.4. O direito estrangeiro	74
3.2.4.1. Espanha.....	75
3.2.4.2. Portugal	79
3.2.4.3. Itália.....	82
3.2.4.4. França.....	85
3.2.4.5. Alemanha	87
3.2.4.6. Estados Unidos da América.....	88
3.2.4.7. Inglaterra	90
3.2.4.8. Colômbia.....	91
4. PRORROGAÇÃO (OU MODIFICAÇÃO) DE COMPETÊNCIA.....	93
4.1. Conexão e Continência	93
4.1.1. Hipóteses de conexão e continência	93
4.1.2. Reunião de processos e prorrogação de competência.....	97
4.1.3. A separação obrigatória dos processos	102
4.1.4. A separação facultativa dos processos	105

5. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO, CONEXÃO E CONTINÊNCIA.....	109
5.1. Definição do foro prevalente	109
5.1.1. A problemática envolvendo o foro de maior graduação	109
5.1.2. Concorrência entre duas competências constitucionalmente previstas	116
5.1.2.1. O Tribunal do Júri	119
5.1.2.2. Infração de menor potencial ofensivo	120
5.1.2.3. As Justiças Especializadas (Eleitoral e Militar)	122
5.2. Críticas acerca do foro prevalente	127
5.2.1. Violação ao princípio do juiz natural	127
5.2.2. Interpretação restritiva das normas constitucionais	130
5.2.3. O duplo grau de jurisdição, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o direito estrangeiro	134
5.3. Consequências da violação das regras de competência nos casos de conexão e continência com foro por prerrogativa de função	159
5.3.1. Nulidade absoluta ou inexistência dos atos processuais praticados por juiz incompetente	159
5.3.2. A possibilidade de condenação do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos	164
5.4. Proposta de estabelecimento de critérios seguros e prévios quanto à definição do órgão julgador competente	168
5.4.1. Uma tentativa de aprimoramento interno	168
5.4.2. O direito estrangeiro e a solução encontrada	176
5.4.3. O novo Código de Processo Penal (PLS nº 156/09, no Senado, e PL 8045/2010, na Câmara dos Deputados)	179
5.4.4. O necessário equilíbrio entre a eficiência e o garantismo	180
5.5. A extinção do foro de prerrogativa de função	183
6. CONCLUSÃO	187
REFERÊNCIAS	189

1. INTRODUÇÃO

O tema a ser desenvolvido é a conexão e continência na hipótese de competência por prerrogativa de função frente ao princípio do juiz natural, à luz da eficiência e do garantismo.

As regras de competência são estabelecidas de forma rígida, com o fim de preservar o princípio do juiz natural, evitando-se a escolha de um julgador após o cometimento do fato criminoso.

Porém, a jurisprudência apresenta um tratamento casuístico para os julgamentos de fatos envolvendo corréus com foro por prerrogativa de função e outros que não gozam da mesma prerrogativa processual, sendo que, em alguns casos, o processo é cindido e em outros todos os acusados são julgados pelo mesmo juízo, justificando-se, em suma, que a regra de competência deve ser analisada ampliativamente e não de forma restritiva, para esses casos.

A razão para a escolha do tema consiste na ausência de critérios lógicos para determinar a separação de processos na hipótese que envolver corréus detentores de foro por prerrogativa de função e outros que não possuem esta regra processual.

No capítulo 2, apresenta-se, então, algumas premissas conceituais para desenvolvimento do tema, principalmente, à luz da eficiência e do garantismo, que são dois importantes vetores do processo penal.

No capítulo 3, desenvolve-se o conceito de competência criminal, bem como busca-se explicar a existência ou não do foro por prerrogativa de função em diversos países, mostrando ao leitor que não se trata de tema estranho, em alguns países, principalmente Espanha, Portugal e Colômbia.

No capítulo 4, é apresentado ao leitor os critérios de prorrogção (ou modificação) de competência, como conexão e continência, e quais são suas consequências para o processo penal.

Por fim, no capítulo final, são apontadas as críticas acerca da definição do foro competente para o julgamento de corréus quando envolve detentores de foro por prerrogativa de função em coautoria com outros rés que não detém tal prerrogativa, demonstrando-se que são violados princípios processuais, bem como tratados internacionais. Ainda, foi apresentada as consequências do descumprimento das regras, além de soluções para o problema inicialmente apontado.

Porém, sem nenhuma discussão acadêmica ou prática se está decidindo a questão. Conforme já apontado, quase a unanimidade da doutrina brasileira, com exceção de Guilherme Nucci, é a favor do foro por prerrogativa de função e nunca criticou sua existência⁴⁰³.

A consequência da extinção do foro por prerrogativa de função poderia levar ao maior compadrio, uma vez que juízes e promotores se denunciariam e julgariam. Imaginemos em uma pequena comarca, onde juiz e promotor são amigos pessoas. Se o juiz cometer um crime de embriaguez ao volante, o promotor poderia acionar o substituto automático, que seria o promotor da comarca contígua. Esse promotor da comarca poderia não ter isenção suficiente para denunciar o juiz e promover o arquivamento do feito, onde outro juiz homologaria o arquivamento, impossibilitando a reabertura das investigações sem provas novas.

Além disso, muitos cargos públicos são exercidos com opinião pública contrária a mudanças, não havendo razão alguma para invocar o princípio da igualdade como justificador do término do foro por prerrogativa de função, já que não são acusados submetidos a situações idênticas. Por óbvio, acusar o Presidente da República por corrupção não tem o mesmo peso político de acusar um roubador de carteira.

Ademais, já foi comentado em tópico próprio que muitos países possuem outros filtros para assegurar o livre exercício do cargo, como imunidades materiais ou processuais. Desse modo, ao extinguir o foro por prerrogativa de função, certamente os cargos serão submetidos a pressões desnecessárias, uma vez que o Brasil já extinguiu as imunidades processuais com a EC n. 35/2001.

⁴⁰³ Segundo Jorge Octávio Lavocat Galvão, “O debate acerca do foro por prerrogativa de função deve se pautar em argumentos de princípio que justifiquem (ou não) a sua existência. Parece-me equivocado, *a priori*, igualar o tratamento dos políticos e administradores públicos — que se encontram mais expostos a ações de toda ordem — ao dos demais cidadãos com base exclusivamente na suposta morosidade do STF. Tal medida seria tapar o sol com a peneira, já que é fato notório que todas as instâncias brasileiras se encontram congestionadas. Para elevar o debate sobre a extinção da prerrogativa de foro, é necessário escapar de argumentos consequencialistas e circunstanciais e passar a analisar a questão sob o prisma da moralidade política, ou seja, de como as instituições devem ser estruturadas em uma sociedade bem ordenada. Esse parece ser o verdadeiro desafio para o Congresso Nacional (GALVÃO, Jorge Octávio Lavocat. *Três argumentos para manter o foro por prerrogativa de função*. CONJUR. Acesso em 05 dez 2019. Acesso em <https://www.conjur.com.br/2017-mar-04/observatorio-constitucional-tres-argumentos-manter-foro-prerrogativa-funcao>).

Por fim, conforme já frisado, cargos detentores de garantias como a vitaliciedade devem prever a aplicação do foro por prerrogativa de função, por ampla incompatibilidade de aplicação da *ratio decidendi* da Ação Penal n. 937/RJ.

Porém, trata-se atualmente de grande controvérsia doutrinária e jurisprudencial, onde somente o tempo será capaz de apontar as soluções vindouras para a existência ou não do foro por prerrogativa de função.

6. CONCLUSÃO

Conforme visto no presente trabalho, podemos apresentar algumas conclusões.

A primeira delas é que a garantia do juiz natural está presente em todos os ordenamentos jurídicos estudados, uma vez que se trata de um princípio vital no processo penal, pois assegura aos acusados o julgamento por um juiz competente, pré-determinado por lei e veda a criação de tribunais de exceção.

A segunda delas é que o foro por prerrogativa de função também está presente em alguns ordenamentos jurídicos, como Espanha, Portugal, Itália e Colômbia. Com exceção do país italiano, nos demais existem vários cargos detentores de tal prerrogativa, principalmente no que tange ao Poder Judiciário e membros do Ministério Público.

Não se ignora, também, que nos países que não abarcam hipóteses de proteção do foro por prerrogativa de função, existem outros mecanismos para assegurar a independência do exercício do cargo público, como imunidades materiais ou processuais, a exemplo da autorização do Poder Legislativo para que o chefe do Poder Executivo seja julgado.

A terceira e mais importante conclusão é a de que a conexão e continência, na hipótese de competência por prerrogativa de função pode levar à violação do princípio do juiz natural, uma vez que a hipótese de conexão do processo quando envolve autoridades detentores com foro por prerrogativa e outros corréus comuns, é extremamente casuístico e discricionário, deixando ao juiz decidir quem será o órgão competente para o julgamento.

Ainda, é possível concluir, também, que tal julgamento viola o princípio do duplo grau de jurisdição, previsto tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto em tratados internacionais em que o Brasil é signatário, podendo, inclusive, gerar responsabilização internacional por parte do País.

Conclui-se, portanto, que o processo, em nome do eficientismo, não pode vulnerar garantias fundamentais dos acusados, tendo como fundamento o clamor social em condenações de autoridades públicas que, por vezes, estão ligadas a escândalos de corrupção.

O que se espera do processo penal é que ele seja eficiente e garantista ao mesmo tempo, preservando a imparcialidade e o sistema acusatório, estabelecendo regras claras e pré-existentes para preservar o princípio do juiz natural.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Garcia Chávarri. El Juez Predeterminado por Ley como Expresión del Derecho Fundamental a un Debido Proceso: Algunas anotaciones a su desarrollo doctrinario y jurisprudencial. *Foro Jurídico*, Lima, n. 12, p. 309-320, 2013.

AGUIAR, Júlio César de; OLIVEIRA, João Paulo Lacerda. *O fim do foro especial por prerrogativa de função*. Brasília: Revista de Informação Legislativa, v. 55, n. 217, p. 115-134, 2018.

AGUILAR, Francisco. *Imunidades e prerrogativas processuais dos titulares de cargos públicos* in *Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais (Organizadas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa da Ordem dos Advogados, com a colaboração do Goethe Institut)*. Coordenação científica de: Maria Fernanda Palma. Coimbra: Almedina, 2004.

ALARCÓN, María Luz Martinez. *El aforamiento de los cargos públicos. Derecho español y derecho comparado*. UNED. Teoría y Realidad Constitucional, Madrid, n. 35, 2015, p. 437-478.

ALBUQUERQUE, Paulo Sérgio Pinto de. *Comentário do Código de Processo Penal: à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. 4. ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011.

ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1911. v. 1.

ARNAIZ, Alejandro Sáiz. *Aforamiento y doble grado de jurisdicción*. Rioja, Logroño, España: Parlamento y Constitución. Anuario, n. 5, p. 71-101, 2001.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *A Ação Penal 470/DF e a garantia do juiz natural*. Boletim IBCCrim, São Paulo, n. 242, jan. 2013.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *A conexão no processo penal, segundo o princípio do juiz natural, e sua aplicação nos processos da Operação Lava Jato*. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, v. 122, p. 171-204, ago. 2016.

_____. *A investigação criminal no caso de autoridade com foro por prerrogativa de função perante o Supremo Tribunal Federal: algumas questões controvertidas*. Revista Brasileira da Advocacia, v. 3, n. 1, p. 271-296, 2016.

_____. *Epistemologia judiciária e prova penal*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

_____. *Juiz natural no processo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Manual dos recursos penais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

_____. *Processo Penal*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

BECHARA, Fábio Ramazzini. *Cooperação jurídica internacional em matéria penal: eficácia da prova produzida no exterior*. São Paulo: Saraiva, 2011.

BELÉM, Orlando Neves. *Do foro privilegiado à prerrogativa de função*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BINDER, Alberto, CAPE, Ed e NAMORADZE, Zaza. *Parâmetros sobre defesa penal efetiva na América Latina*. São Paulo: ADC/ CERJUSC/ CONECTAS/ DEJUSTICIA/ IDDD/ ICCPG/ IJPP/ INECIP, 2016.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral I*. 20. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal, 5: parte especial: dos crimes contra a administração pública e dos crimes praticados por prefeitos*. 8. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

BOULOC, Bernard. *Procédure pénale*. 26. édition. Paris: Dalloz, 2018.

BRUNO, Tulio Caliban. *A Nova Interpretação do Supremo Tribunal Federal sobre a Prerrogativa de Foro*. Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro nº 69, págs. 223/245, jul./set. 2018.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

CASARA, Rubens Roberto Rebello. Eficientismo Repressivo vs Garantismo Penal: onde fica a Constituição? In: *Tributo a Afrânio Silva Jardim: estudos e escritos/organizadores: Marcelo Lessa Bastos, Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim*. 3. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

CASTRO, Matheus Felipe; DE FREITAS MENDES, Frederico Ribeiro. *Dois pesos, duas medidas: o Supremo ativista e a restrição do foro por prerrogativa de função do Legislativo: um estudo a partir da QO na AP 937 do STF*. Revista Culturas Jurídicas, v. 5, n. 12, 2019.

CATENA, Victor Moreno y DOMÍNGUEZ, Valentín Cortés. *Derecho Procesal Penal*. 8. edición. Valência, Espanha: Tirant lo Blanch, 2017.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade e LIMA, Frederico Retes. *Foro, Prerrogativa e Privilegio (Parte 1): Quais e quantas autoridades têm foro no Brasil?* Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado, abril/2017 (texto para discussão nº 233). Disponível em: www.senado.leg.br. Acesso em: 30 out. 2019.

CHIAVARIO, Mario. *Diritto Processuale Penale*. Settima Edizione. Milano: Utet Giuridica, 2017.

CHOUKR, Fauzi Hassan. *Código de Processo Penal: comentários consolidados & crítica jurisprudencial*. 8. ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini e DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 26. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CLÉRAC, Céline Laronde. *Les indispensables de la procédure pénale*. Paris: Ellipses, 2015.

COLOMER, Juan-Luis Gómes. *Privilegios procesales inconstitucionales e innecesarios en la España democrática del siglo XXI: el sorprendente mantenimiento de la institución del aforamiento*. UNED. Madrid: Teoría y Realidad Constitucional, núm. 38, 2016, pp. 239-275.

_____; LEIBAR, Iñaki Esparza. *Tratado jurisprudencial de aforamientos procesales*. Valencia, Espanha: Tirant lo Blanch, 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONCI, Luiz Guilherme Arcaco. *É necessário manter o foro*. Boletim IBCCrim, São Paulo, n. 296, jan. 2017

_____; GERBER, Konstantin; PEREIRA, Giovanna de Mello Cardoso. *Normas ius cogens e princípio pro persona* In Controle de Convencionalidade: temas aprofundados. Coordenadores Luciano Mariz Maia e Yulgan Lira. Salvador: Juspodium, 2018.

COUTO, Ana Paula; COUTO, Marco. *Temas de Processo Penal*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2019.

CRUZ, Rogério Schietti Machado. *Garantias processuais nos recursos criminais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DEMERCIAN, Pedro Henrique, MALULY, Jorge Assaf. *Curso de processo penal*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DEMO, Roberto Luis Luchi. *Competência Penal Originária (uma perspectiva jurisprudencial crítica)*. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

DEZEM, Guilherme Madeira. *Curso de Processo Penal*. 3. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

DIAS, Augusto Silva. *Que futuro para o direito processual penal? Simpósio em Homenagem a Jorge Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português*. Coordenação Mário Ferreira Monte, Maria Clara Calheiros, Fernando Conde Monteiro e Flávia Novera Loureiro. Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

DIAS, Jorge Figueiredo. *Direito Processual Penal*. Coimbra: Coimbra Ed., 1974, vol. I.

ESER, Albin. *Il “giudice naturale” e la sua individuazione per il caso concreto*. Milano: Rivista italiana di diritto e procedura penale 38 (1996), S. [385]-411.

ESPADALER, Enric Fossas. *Legislador y derecho fundamental al juez legal*. InDret. Revista para el análisis del derecho. Barcelona, abril de 2016, p. 02-31.

ESTEFAM, André. *Direito penal, 1: parte geral*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FALCÃO, Daniel. *É necessário manter o foro por prerrogativa de função? Não*. Boletim IBCCrim, ano 25 – n ° 296 – julho/2017.

FENOLL, Jordi Nieva; VADELL, Llorenç Bujosa. *Nociones premilinares de Derecho Procesal Penal*. Barcelona: Atelier, 2016.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo penal constitucional*. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Procedimento no Processo Penal: noções, perspectivas simplificadoras e os rumos do direito brasileiro*. Tese apresentada para Concurso de Professor Titular de Direito Processual Penal da USP. São Paulo: 2004.

_____; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Maurício Zanoide de (Coordenadores). *Crime Organizado - Aspectos Processuais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião; MORAES, Maurício Zanoide. *Sigilo no processo penal: eficiência e garantismo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

_____; ZILLI, Marcos Alexandre Coelho; SOUZA, Diego Fajardo Maranha Leão de (Coord.). *Direito processual penal internacional*. São Paulo: Atlas, 2013.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*; prefácio da 1. ed. italiana, Norberto Bobbio. 4. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

FIGUEIREDO, Marcelo. *O controle de constitucionalidade e de convencionalidade no Brasil*. São Paulo: Malheiros, 2016.

FONTES, Paulo Gustavo Guedes. *O foro privilegiado na França*. Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 10 – n. 34, pág. 37-52 – jan./jun. 2011.

FRATE, Paolo Alvazzi de. *Il principio del “giudice naturale” nel costituzionalismo della restaurazione in Francia e Italia*. Milão: História Constitucional, 133-146, 2002.

GALVÃO, Jorge Octávio Lavocat. *Três argumentos para manter o foro por prerrogativa de função*. CONJUR. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-mar-04/observatorio-constitucional-tres-argumentos-manter-foro-prerrogativa-funcao>. Acesso em: 05 dez 2019.

GARZÓN, Fabio Espitia. *Instituciones de Derecho Procesal Penal*. 9. Edición. Bogotá: Legis, 2015.

GASPAR, António da Silva Henriques; CABRAL, José António Henriques dos Santos; COSTA, Eduardo Maia; MENDES, António Jorge de Oliveira; MADEIRA, António Pereira; GRAÇA, António Pires Henriques da. *Código de Processo Penal Comentado*. 2. ed. revista. Coimbra: Almedina, 2016.

GEMAQUE, Silvio César Arouck. *O combate ao terrorismo no direito inglês. Uma visão de equilíbrio entre a repressão e os direitos fundamentais*. In FERNANDES, Antônio Scarance; ZILLI, Marcos. Terrorismo e justiça penal: reflexões sobre a eficiência e o garantismo. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

GIACOMOLLI, Nereu José. *O devido processo penal: abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica*. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. *Processo penal contemporâneo no debate*. Aleksei Sosa Rebelo ... [et al.]; organizadores: Nereu José Giacomolli, Nathalia Beduhn Schneider, Carolina Llantada Seibel Scarton. 1ª ed. – Florianópolis: Empório do Direito, 2016

GIMENEZ, Ignacio Diez-Picazo. *El derecho fundamental al juez ordinario predeterminado por ley*. Madrid: Revista Española de Derecho Constitucional. Año 11. Núm. 31, p. 75-123. Enero-Abril 1991.

GOMES, Carla Amado. *As Imunidades Parlamentares no Direito Português*. Coimbra: Coimbra Editores, 1998.

GOMES, Eduardo Biacchi; WINTER, Luis Alexandre Carta; MONTENEGRO, Aline Ferreira. *Ação Penal 470, o direito ao contraditório e a Corte Interamericana de Direitos Humanos*. Prisma Jurídico, v. 13, n. 2, p. 52-63, 2014.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. *A motivação das decisões penais*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Parecer na Ação Penal 470/MG*. CONJUR. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/parecer-jose-dirceu-embargos.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____; TORON, Alberto Zacharias; BADARÓ, Gustavo Henrique, coordenação. *Código de Processo Penal comentado*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

GRECO, Leonardo. *Garantias fundamentais do processo: O processo justo*. Novos Estudos Jurídicos – Ano VII – Nº 14 – p. 9-68, abril 2002.

GRECO FILHO, Vicente. *Manual de Processo Penal*. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *O processo em sua unidade 2*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1984.

_____. *O processo: III série: estudos e pareceres de processo penal*. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2013.

_____; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *As nulidades no processo penal*. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

_____; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES, Antônio Scarance. *Recursos no processo penal*. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

ISRAEL, Jerold H.; KAMISER, Yale; LAFAVE, Wayne R.; KING, Nancy J. *Criminal Procedure and The Constitution. Leading Supreme Court Cases and Introductory Text*. Equipo investigador y traductor: COLOMER, Juan-Luis Gómez; LEIBAR, Iñaki Esparza; GARGALLO, Andrea Planchadell; CEBADERA, María-Angeles Pérez, MONTILIU, Ana Beltrán; HERNÁNDEZ, Eskándar Gánem. *Proceso Penal y Constitución de los Estados Unidos de Norteamérica. Casos destacados del Tribunal Supremo y Texto Introductorio*. Edición de 2011. Valência, Espanha: Tirant lo Blanch, 2012.

JEULAND, Emmanuel. *Le droit au juge naturel et l'organisation judiciaire*. Ecole nationale d'administration. Paris: Revue française d'administration publique, 2008/1, n° 125, p. 33/42.

KARAM, Maria Lúcia. *Competência no processo penal*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

KOSTORIS, Roberto E. *Manuale di procedura penale europea*. Terza edizione. Milano: Giuffrè Editore, 2017.

LAGO, Rodrigo. *Atração de prerrogativa por conexão deve acabar*. CONJUR. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-fev-18/rodrigo-lago-stf-acabar-atracao-prerrogativa-conexao>. Acesso em: 08 ago. 2019.

LIMA, Marcellus Polastri. *Curso de processo penal*. 9. ed. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2016.

LIMA, Renato Brasileiro. *Manual de competência criminal*. 2. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2014.

_____. *Manual de processo penal: volume único*. 6. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

LOPES JUNIOR, Aury. *Direito Processual Penal*. 14. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

LÓPEZ, Antonio Peñaranda. *Proceso Penal Comparado (España, Francia, Inglaterra, Estados Unidos, Rusia). Descripción y terminología*. 2. Edición. Granada: Editorial Comares.

LÓPEZ, María Luisa Escalada. *El derecho al juez legal em el ordenamiento constitucional alemán*. Revista de Derecho, Vol. XIX, págs. 179-204, Nº 1 – Julio 2006.

MACHADO, Antônio Alberto. *Curso de processo penal*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MAGALHÃES NORONHA, Edgard. *Curso de Direito Processual Penal*. 13. ed. São Paulo, Saraiva, 1981.

MARCHIONATTI, Daniel. *Processo penal contra autoridades*. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MARCON, Adelino. *O princípio do juiz natural no processo penal*. 1. ed. (ano 2004), 1. reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

MARQUES, José Frederico. *Da competência em matéria penal*. São Paulo: Edição Saraiva, 1953.

_____. *Elementos de Direito Processual Penal*, Volume I. 2. ed. Rio – São Paulo: Forense, 1965.

MARTINS, Leonardo. *Direito Processual Constitucional Alemão*. 2. ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2018.

_____. *Tribunal Constitucional Federal Alemão: decisões anotadas sobre direitos fundamentais. Volume 3: Direitos fundamentais ao casamento e à família, liberdade de associação, garantias constitucionais processuais*. São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung – KAS; Martial Pons, 2019.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MAZZA, Oliviero. *Il garantismo al tempo del giusto processo*. Milano: Giuffrè Editore, 2011

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Direitos Humanos na Jurisprudência Internacional: sentenças opiniões consultivas, decisões e relatórios internacionais*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

_____. *O controle jurisdicional da convencionalidade das leis*. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Possibilidade de condenação do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos*. Jusbrasil, 26.07.2013. Disponível em: <https://valeriomazzuoli.jusbrasil.com.br/artigos/121815167/possibilidade-decondenacao-do-brasil-perante-a-corte-interamericana-de-direitos-humanos>. Acesso em: 27 nov. 2019.

MELGAR, Julián Sánchez. *Inviolabilidad e Inmunidad de Diputados y Senadores*. Derecho procesal parlamentario: Excepciones al régimen ordinario de protección de los derechos de los ciudadanos. Madrid: La Ley, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Paulo de Sousa. *Lições de Direito Processual Penal*. 4. reimpressão da edição de setembro de 2013. Coimbra: Almedina, 2017.

MENDONÇA, Andrey Borges. *O foro por prerrogativa de função na Espanha*. Revista eletrônica do Ministério Público Federal Custos legis, ano IV, volume 4, 2012.

MORAES, Alexandre de. *Combate à corrupção e respeito ao Princípio do Juiz Natural como garantia constitucional*. Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, v. 19, n. 9, set. 2007.

_____. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 9. ed. atualizada até a EC nº 71/12. São Paulo, Atlas, 2013.

_____. *Direito constitucional*. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MORAES, Maurício Zanoide. *Interesse e legitimação para recorrer no processo penal brasileiro: análise doutrinária e jurisprudencial de suas estruturas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000 – (Coleção de estudos de processo penal prof. Joaquim Canuto Mendes de Almeida; v. 4).

MOREIRA, Rômulo de Andrade. *A Competência por Prerrogativa de Função e o Supremo Tribunal Federal*. Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal Nº 39 – Dez-Jan/2011 – Doutrina, p. 45-56.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. A ratio decidendi da ação penal 937-QO/STF e a nova matriz hermenêutica do regime de prerrogativa de foro: implicações na competência do Superior Tribunal de Justiça *In*: MALAN, Diogo; BADARÓ, Gustavo; ZILLI, Marcos; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis; SAAD, Marta; MORAES, Maurício Zanoide de. [Orgs.]. *Processo penal humanista: escritos em homenagem a Antonio Magalhães Gomes Filho*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

NICOLA, Picardi. *Le juge naturel - Principe fondamental en Europe*. In: Revue internationale de droit comparé. Vol. 62, N° 1, 2010. pp. 27-73.

NICOLITT, André. *Manual de Processo Penal*. 6. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

NOGUEIRA, Cláudia Albagli. *O Novo Código de Processo Civil e o sistema de precedentes judiciais: pensando um paradigma discursivo da decisão judicial*. Revista Brasileira de Direito Processual - RBDPro. Belo Horizonte, ano 23, n. 88, out. / dez. 2014.

NOGUEIRA, Rafael Fecury. *Duplo grau de jurisdição e processo penal de competência originária de Tribunais*. 2016. Tese (Doutorado em Processo Penal) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NORA, Enrico Silveira. Breves considerações acerca do princípio do juiz natural no processo penal. *In*: GIACOMOLLI, Nereu José. *Processo penal contemporâneo no debate*. Aleksei Sosa Rebelo ... [et al.]; organizadores: Nereu José Giacomolli, Nathalia Beduhn Schneider, Carolina Llantada Seibel Scarton. 1 ed. – Florianópolis: Empório do Direito, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado*. 14. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015.

OLIVEIRA, Paulo Mendes. *Regimentos Internos como fonte de normas processuais*. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

PACELLI, Eugênio. *Curso de processo penal*. 21. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

PAVAJEAU, Carlos Arturo Gómez e MOLINA, Francisco Javier Farfán. *El fuero de investigación y juzgamiento penal de altos funcionarios del estado. Problemas procesales*. Revista Derecho Penal y Criminología, volumen XXXVI, número 101, julio-diciembre de 2015, p. 87/132.

PEDROSO, Fernando de Almeida. *Competência Penal: doutrina e jurisprudência*. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

PENTEADO, Jaques de Camargo. *Duplo grau de jurisdição no processo penal – garantismo e efetividade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

PINHEIRO, Rui; MAURÍCIO, Artur. *A Constituição e o Processo Penal*. 1. ed. 1976. Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editores, 2007.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____; FACHIN, Melina Girardi; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

PONTE, Antônio Carlos da. *Crimes eleitorais*. 2 ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

PRADO, Geraldo. Eficientismo repressivo e garantismo penal: dois exemplos de ingenuidade epistemológica. In: CASARA, Rubens Roberto Rebello. *Processo penal do espetáculo e outros ensaios*. 2. ed. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.

RAMAYANA, Marcos. *Direito eleitoral*. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012, p. 908

RAMOS, André de Carvalho. *Crimes da ditadura militar: a ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos*. In GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (org.). *Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 174-225.

_____. *Curso de direitos humanos*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. *Processo internacional de direitos humanos*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

RANGEL, Paulo. *Direito Processual Penal*. 20 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

ROLIM, Luciano. *Limites constitucionais intangíveis ao foro privilegiado*. In: Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília: ESMPU, ano 4, n. 14, jan./mar. 2005, p. 111-146.

ROSA, Alexandre Moraes; CONOLLY, Ricardo. Juiz sem rosto e com medo: a questão da Lei 12.694/2012. *Empório do Direito*, São Paulo, 29 mar. 2015. Disponível em: <http://emporiiododireito.com.br/juiz-sem-rosto-e-com-medo-a-questao-da-lei-no-12-6942012-por-alexandre-moraes-da-rosa-e-ricardo-conoll.y/>. Acesso em: 30 set. 2019.

ROXIN, Claus, ARZT, Gunther; TIEDMANN, Klaus. *Introdução ao direito penal e ao direito processual penal*, tradução Gercélia Batista de Oliveira Mendes; Coord. e Supervisor Luiz Moreira. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

_____; SCHÜNEMANN, Bernd. *Derecho procesal penal* – 1 ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Didot, 2019.

SAAD, Marta. *O direito de defesa no inquérito policial*. Prefácio Maria Thereza Rocha de Assis Moura. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. (Coleção estudos de processo penal Joaquim Canuto Mendes de Almeida; v.9).

SANTISE, Mauricio e ZUNICA, Fabio. *Coodrinare ermeneutiche di diritto penale. Terza edizione*, Torino: G. Giappichelli Editore, 2017.

SARASOLA, Ignacio Fernández. Los derechos de audiencia y al juez legal en el sistema constitucional español. *Estudios Socio-Jurídicos*, Bogotá, v. 10, n. 2, p. 76-108, jul./dic. 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional*. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SENDRA, Vicente Gimeno. *Derecho Procesal Penal*. Segunda edición. Navarra, Espanha: Thomson Reuters, 2015.

SÉROUSSI, Roland. *Introdução ao Direito inglês e norte-americano*. Tradução Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Landy Editora, 2006.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 42 ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

SOARES, Gustavo Torres; SOUZA, Diego Fajardo Maranhã Leão. Denúncia e queixa criminais: entre a técnica e o garantismo In: *Eficiência e garantismo no processo penal: estudos em homenagem a Antônio Scarance Fernandes*. Denise Provasi Vaz et al (organizadores). São Paulo: LiberArs, 2017.

SOUZA, Diego Fajardo Maranhã Leão de. *O anonimato no processo penal: proteção a testemunhas e o direito à prova*. Belo Horizonte, Arraes Editores, 2012.

STF/STJ: decisões de interesse institucional: comentada pelo CAOCRIM. *Boletim Criminal Comentado*, São Paulo, n. 4, jun. 2019. Acesso em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Boletim_Semanal/boletim%20no%20junho%204.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019. Ministério Público do Estado de São Paulo. SARRUBBO, Mário Luiz. Subprocuradoria-Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais, p. 6, 2019.

TAORMINA, Carlo. *Procedura Penale*. Torino: G. Giappichelli Editore, 2015.

TONINI, Paolo. *Guida Allo Studio del Processo Penale. Tavole Sinottiche e Atti*. Nona edizione. Milano: Giuffrè Editore, 2016, pág. 20.

_____. *Lineamenti di Diritto Processuale Penal*. Quattordicesima edizione. Milano: Giuffrè Editore, 2016.

_____. *Manuale di Procedura Penale*. Diciottesima edizione. Milano: Giuffrè Editore, 2017.

TORNAGHI, Hélio. *Curso de Processo Penal*, Volume 1. 7ª edição. São Paulo: Saraiva, 1990.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*, volume 2. 35 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A humanização do direito internacional*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006.

TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. São Paulo: Editora Saraiva, 1993.

VARGAS, Manuel Fernando Moya; CASTRO, Carlos Andrés Bernal. *Los menores em el sistema penal colombiano*. Bogotá: Universidad Católica de Colombia, 2015.

WOLTER, Jünger. *O inviolável e o intocável no direito processual penal: reflexões sobre dignidade humana, proibições de prova, proteção de dados (e separação informal dos poderes) diante da persecução penal*. Jünger Wolter; organização, introdução e tradução Luís Greco; tradução Alaor Leite, Eduardo Viana. – 1. ed. – São Paulo: Marcial Pons, 2018.

ZILIO, Rodrigo Lopes. *Crimes Eleitorais*. Salvador: Editora JusPodivm, 2014.